

ECORTE
Apartado 2571
Lisboa-C-Portugal
Telef. 4 43 01

CORREIO DO MINHO
Braga

-8. OUT 1976

LIBERDADE
Lisboa

HOTELARIA
Lisboa

REVISTA ALENTEJANA
Lisboa

DEFESA DE ESPINHO

Universidade do Minho

ADIM protesta

Da Associação Dinamizadora dos Interesses do Minho recebemos o texto que passamos a transcrever:

«Ao tomar conhecimento da resolução do Conselho de Ministros, referente à localização da Universidade do Minho, e após análise cuidada do seu conteúdo, a ADIM manifestando vivo repúdio e o seu mais veemente protesto, julga ser imperativo moral e dever patriótico tornar público o seguinte:

A dispersão da Universidade do Minho em 2 polos — um em Braga, outro em Guimarães — foi a solução encontrada pelo VI Governo Provisório, após pressões populistas, levadas a efeito por um grupo de Vimaraneses, movidos por sentimentos bairristas sem conteúdo ou sentido, exacerbados de um provincialismo retrógrado. O frágil VI Governo, temendo não sobreviver ao mais insignificante abalo, cedeu ao irracionalismo primário, não tratando de saber se com essa atitude precipitada e irresponsável iria comprometer toda a Universidade na sua própria existência.

A solução bipolar, esrecendo da mínima fundamentação técnico-pedagógica, a n t e s contrariando frontalmente, os extensos, laboriosos e caros estudos e pareceres existentes, quer do foro especificamente universitário, quer dos projectos de planeamento regional, logo começou a ser fortemente contestada pelos vários sectores interessados — professores, funcionários da Universidade, alunos e população em geral.

Seguiram-se debates, tomadas de posição e discussões aturadas. Surgem estudos autorizados, comprovando a inviabilidade prática dos Despachos. É de facto, por mais exigências que alguns Vimaraneses exercessem no cumprimento da ordem do governo, ninguém consegue pôr o esquema a funcionar, criando-se um impasse, gerador na Universidade, de uma crise à nascente.

Passado pouco tempo, e após um esforço inglório de adaptação aos novos esquemas, os membros da Comissão Instaladora vem-se obrigados a colocar os seus lugares à disposição do Governo, por considerarem de incompatibilidade insustentável os seus pontos de vista com a solução bipolar e consequentemente julgarem o projecto governamental totalmente inexecutável.

Mas com a institucionalização do regime democrático, e eleito um Presidente da República que é de todos os Portugueses, em toda a vida nacional se acalentaram esperanças compreensíveis.

O I Governo Constitucional, embora minoritário, é generoso e patrioticamente aceite pela maioria da Nação. É anunciado e prometido que agora e definitivamente neste País, iria haver justiça, autoridade, dignidade, prestígio, e respeito pelo Povo. Que não mais haveria lugar à anarquia, ao golpismo ou a qualquer outra forma de demagogia. Para isso impor-se-ia a isenção e bom senso na condução dos negócios públicos, a execução rigorosa de um planeamento, o respeito pela competência e pelos inferiores hierárquicos e seus pareceres, sem o qual não haveria autoridade legítima, a austeridade económica, a começar nas despesas públicas, e tudo isto tendo sempre presente o acatamento da vontade das maiorias e a auscultação das populações interessadas. Claro que os maiores beneficiários seriam sempre as classes mais desfavorecidas ou economicamente mais desprotegidas. Doravante viver-se-ia num verdadeiro estado de direito. Estas declarações solenes, naturalmente calaram fundo no coração de todos os homens de bem de Portugal. Quem poderia regeitar tal programa?

Entre os primeiros problemas que o Governo Constitucional teve de enfrentar, o da localização da Universidade do Minho, não sendo dos mais graves, não poderá, a sua resolução, e só por isso, justificar um adiamento.

Transparecendo, porém, que o MEIC, reconhecia a falência da solução bipolar, um grupo de cidadãos Vimaraneses, sentindo-se afectados naquilo que julgam ser os seus interesses, logo desencadeiam uma acção reivindicativa de forma anárquica e golpista, nitidamente antidemocrática, com pressões ao Governo, ameaçando acabar com o mundo num só dia! E o Governo Constitucional, o da Dignidade, da Autoridade, da Competência, da Justiça, do Prestígio, do Respeito pelas maiorias e da Austeridade Económica, resolve neste caso adiar a salvaguarda daqueles valores, cedendo à turbulenta minoritária, desprestigiando-se, originando gastos supérfluos, não auscultando as demais populações minhotas, pois assumir o risco de perder as eleições para as autarquias em Guimarães, só para preservar os princípios da Democracia e do Programa do Governo não valia a pena, e como o resto da região não andava tão agitada, a solução parecer-lhe-ia no momento a politicamente mais acertada.

Para o Governo, dito Socialista, ter êxito afinal, não é tão difícil

(Continua na 4.ª pág.)

A.M. protesta

(Continuado da 1.ª pág)

como muita gente pensa, antes constitui tarefa fácil, e com economia de meios, diga-se. Basta haver políticos suficientes pois eles tudo sabem, e só por o serem possuem competência e capacidade em todos os domínios. Os técnicos, os especialistas, podem ser dispensados, até porque ficam caros. Com bons políticos, com vitórias eleitorais sucessivas e arrancadas por qualquer preço, e com a Europa connosco, Portugal será, uma grande e próspera Nação!

Para a Universidade do Minho — solução bipolar. E para se cumprir a resolução nada mais simples do que a autoridade «democrática»! E na falta de outros meios mais eficazes para impor a ordem, alguns meios de informação com a R.T.P. à cabeça, vão-se já encarregando de noticiar ter sido o problema solucionado acertadamente e em definitivo e negando dar cobertura às solicitações da maioria da população interessada.

Solução bipolar, reconhecida como inexecutável tecnicamente; a Comissão Instaladora demissionária por incompatibilidade de pontos de vista insanável; duplicação de gastos injustificáveis em período de austeridade. Como conciliar o inconciliável?

A leitura atenta da resolução ministerial dá nos a única resposta possível. Começando por reafirmar a bipolaridade esclarece que em Braga serão ministrados as disciplinas comuns às tecnológicas e outros cursos afins, e Guimarães ficará com a fase Complementar do Curso de Tecnologia, o que à letra não é uma solução bipolar mas sim concentrada.

Por outro lado o curriculum

dos cursos de Tecnologia é inadaptável ao esquema proposto. As disciplinas específicas dos Cursos são ministrados sucessivamente ao longo dos anos e em simultâneo com as disciplinas básicas e comuns. Só se para Guimarães está destinado sómente o tirocínio a que o texto Governamental chame «Fase Complementar». Mas não, o acento e a urgência dados à construção de edifícios e à instalação de equipamentos naquela cidade mostram ser bem outra a intenção Universidade resume-se num problema de construção civil! Quem primeiro construir o prédio recebe de prenda toda a Universidade!

O Governo que luta com a demagogia cede a pressões demagógicas e resolve... demagógicamente!

E os alunos? e a Comissão Instaladora? e os professores? e os funcionários? e os trabalhadores? e as maiorias? Como reagirão?

ADIM

Associação Dinamizadora dos Interesses do Minho